

Reforma tributária agrada a políticos de São Paulo

Agência Globo



São Paulo — A reforma tributária homologada pelo Congresso Constituinte impressionou favoravelmente os políticos paulistas, como era de se esperar.

De São Paulo partiram as campanhas por essas mudanças, e não foram poucos os políticos que se elegeram sob esta bandeira.

Agora, prefeituras e estados disporão de mais dinheiro para tocar seus projetos administrativos, e os prefeitos e governadores para tocar seus projetos políticos. Se a falta crônica de verbas estaduais ou federais justificava, perante o eleitor, a inércia de certos prefeitos e governadores, esse pretexto deixará de existir. Mas, tem-se como certo que os municípios muito pequenos — criados, em geral, por meros interesses políticos — não deixarão de recorrer aos estados e à União para suprir necessidades elementares.

O vice-governador paulista. Almino Afonso (PMDB), foi um dos principais incentivadores da reforma. Para ele, "a reforma assegura a autonomia dos Estados. Hoje, qualquer Estado, incluindo São Paulo, não sobrevive economicamente sem o auxílio da União. As verbas esgotam-se praticamente com a folha de pagamento dos servidores, se em São Paulo é assim,



Almino: autonomia a Estados

imaginem o que acontece no resto do País".

Almino Afonso prevê, como consequência imediata da reforma tributária, "a transfiguração dos pequenos municípios. Eles vão crescer em termos políticos. Mas, se uma parte maior da arrecadação passará para os Estados e Municípios, também passarão para eles alguns encargos da União. Acho que esses próprios encargos darão força aos políticos. Quaisquer que sejam os percentuais de acréscimo de arrecadação, haverá melhorias para as prefeituras".

O ex-governador José Maria Marin (PFL) acha que "a reforma

ja vem tarde e é uma das principais conquistas do Congresso Constituinte. Mudanças desse tipo eram necessárias há muito tempo. Com a reforma, está surgindo o embrião de um novo tipo de federação, talvez semelhante aos dos Estados Unidos".

Restrições

Já o economista Carlos Alberto Longo, da Universidade de São Paulo, gostou da reforma "no varejo, mas não no atacado", para Longo, há mais coisas más do que boas. Por exemplo, as receitas próprias devem ser presevadadas, não transferidas. A arrecadação do ICM é suficiente para as necessidades dos Estados, e as prefeituras não exploram bem as arrecadações com o Imposto Predial e Territorial Urbano".

Como aspecto mais positivo, Longo menciona a liberdade que os governos estaduais obtiveram para fixar as alíquotas diferenciadas de seus ICMSs, quando em transações entre si. Ele não considera injusto o fato de estados como São Paulo e municípios como Campinas e São Bernardo pagarem mais à União do que recebem de volta. "O que viabiliza a arrecadação é a produção (e esses municípios reúnem em seus territórios importantes núcleos industriais. Assim, acho justo que eles paguem à União para que esta redistribua a arrecadação. E na prática, esses municípios são os que menos precisam de ajuda federal", concluiu.

Benefício novo causa dúvidas

Durante todo o dia de ontem, o gabinete do deputado Ulysses Guimarães recebeu dezenas de telefonemas de pessoas que queriam saber se os novos direitos, principalmente dos trabalhadores e servidores públicos, terão aplicação imediata.

A informação dos juristas que assessoram a Constituinte é de que tudo entrará em vigor imediatamente, a partir da data da promulgação, com exceção do que expressamente dependa de regulamentação ou tenha prazo fixado.

Mas abono de férias (um terço a mais do salário), 50% a mais nas horas extras, licença de 120 dias à gestante e licença-paternidade de cinco dias, por exemplo, bem como toda a parte dos direitos e garantias individuais, entrarão em vigor com a promulgação.

Fiesp analisa resultados

São Paulo — Após quase vinte meses da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, viagens, entrevistas, publicações, brados de alerta e muita discussão, a direção da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) começou a fazer as contas das perdas e danos do que foi aprovado no texto definitivo da nova Carta. Entre as maiores perdas, a entidade contabiliza a aprovação do direito irrestrito de greve e a "discriminação" do capital estrangeiro. Mas alinha o princípio geral em favor da livre iniciativa, a proibição de o Estado constituir empresas sem ouvir o Legislativo e a nova política tributária como grandes avanços.

Leis ordinárias

Para as votações do segundo turno, A Fiesp havia preparado

uma lista de 24 pontos, que desejava ver suprimidos. Contentou-se com muito menos e prepara-se, agora, para a maratona da elaboração da legislação complementar, as constituições estaduais e as leis orgânicas dos municípios.

Um dos principais articuladores da Fiesp é também presidente da Comissão de Assuntos Legislativos (CAL) da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ruy Altenfelder, comemorou a proximidade da promulgação do futuro texto constitucional, anunciando com cautela os próximos passos dos "lobbistas" da entidade: "Temos que analisar o impacto do novo texto sem emoção, incluindo o tabelamento dos juros, e acompanhar o trabalho da Comissão de Redação".